

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 5.767, DE 2009

Denomina Campus Professora Josefa Ripalda de Freitas o campus da Universidade Federal do Pampa, localizado no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado ANGELO VANHONI

I – RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Enio Bacci, denomina Campus Professora Josefa Ripalda de Freitas o campus da Universidade Federal do Pampa, localizado no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Distribuída às Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, a presente proposição está sujeita à apreciação conclusiva das comissões desta Casa Legislativa.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O nobre Deputado Enio Bacci propõe denominar Campus Professora Josefa Ripalda de Freitas o campus da Universidade Federal do Pampa, localizado no município de Capaçava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Professora Josefa Ripalda de Freitas dedicou-se por mais de trinta anos à carreira do magistério. No início, exerceu a profissão na cidade de Alegrete e logo depois em Caçapava do Sul, cidade onde se casou, se aposentou e faleceu, aos 89 anos de idade.

Dedicou-se com afinco à formação da juventude caçapavana, tendo ensinado várias gerações, hoje ainda atuantes na comunidade local e em outros rincões mais distantes. Ajudou a formar verdadeiros líderes e pais de família que até hoje lhe são gratos e reconhecidos.

Além do magistério, sua personalidade ativa e generosa a levou a exercer outras atividades, como as de diretora da Sociedade Caçapavana de Auxílio aos Pobres, hoje Asilo Rosinha Borges; redatora, por muitos anos, de uma coluna do Jornal Folha do Sul, então semanário da cidade; e escritora de poesias, com a qual foi premiada pela Estância Província de São Pedro, entidade cultural com sede em Porto Alegre.

Em que pese a biografia da Professora Josefa Ripalda de Freitas com a qual nos brinda o autor da proposição em análise, é preciso considerar as orientações constantes na *Súmula de Recomendações aos Relatores nº 1/2001, da Comissão de Educação e Cultura*, revalidada em abril de 2007, a qual sugere que para melhor apreciação dos projetos de lei de denominação ou red denominação de bem público que esses *venham instruídos com uma prova clara de concordância da comunidade local ou regional, que pode ser, por exemplo, na forma de um abaixo-assinado, de um “voto de apoio” de Câmara de Vereadores ou de Assembléia Legislativa, uma manifestação favorável – por escrito – de clube de serviços, entidades de classe, como associação comercial, e assim por diante. O importante, neste caso, é que haja certeza quanto ao apoio popular à iniciativa encetada.*

Pelas razões acima expostas, em que pese à iniciativa meritória do ilustre autor da proposição em análise, pela falta dos elementos necessários, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.767, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ANGELO VANHONI